



Cadernos de História da Educação, v.23, p.1-6, e2024-25, 2024  
ISSN: 1982-7806 (on-line)

<https://doi.org/10.14393/che-v23-e2024-25>

RESENHAS

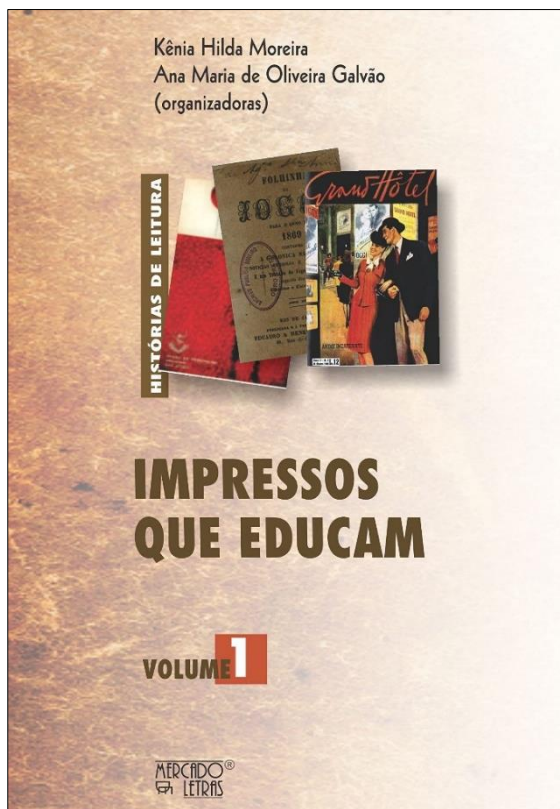
## A utilização dos impressos como fonte e/ou objeto para a História da Educação

The use of printed matter as a source and/or object for the History of Education

La utilización del material impreso como fuente y/u objeto de la Historia de la Educación

Edna Pereira dos Santos Ferreira  
Universidade Federal da Grande Dourados (Brasil)  
<https://orcid.org/0000-0002-2114-5730>  
<http://lattes.cnpq.br/6775043378292188>  
[ednaroo@gmail.com](mailto:ednaroo@gmail.com)

Pâmilla Nataly Miguelão Hellmann  
Universidade Federal da Grande Dourados (Brasil)  
<https://orcid.org/0000-0003-3882-7364>  
<http://lattes.cnpq.br/4654869296124622>  
[pamillanh@gmail.com](mailto:pamillanh@gmail.com)



MOREIRA, Kênia Hilda; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. (Org.). *Impressos que educam*. Vol. I. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2022.

Recebido: 23/08/2023

Aprovado: 14/10/2023

O primeiro volume do livro *Impressos que educam*, organizado por Kênia Hilda Moreira e Ana Maria de Oliveira Galvão, é resultado da parceria institucional de dois grupos de pesquisas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que têm em comum a problematização acerca da Cultura Escrita. A obra compõe a *Série Histórias de Leitura* e reúne trabalhos de pesquisadores vinculados a ambos os grupos, os quais buscam analisar a relação estabelecida pelos homens com os diferentes objetos impressos e a leitura.

O prefácio intitulado *Sobre la prensa en la historia de la educación*, de autoria de José María Hernández Díaz, catedrático da Universidad de Salamanca, enfatiza que os diversos impressos utilizados como fonte evidenciam dimensões educativas variadas e seus possíveis leitores, seja crianças, jovens, adultos, e públicos, como feminino, religioso ou de excepcionais. Hernández Díaz destaca também as contribuições dos impressos, seja com recursos formativos ou informativos, com origem em instituições religiosas, científicas ou típicas de áreas especializadas (como revistas femininas, juvenis, entre outros).

Na apresentação do livro, as organizadoras tratam da denominação dos estudos com impressos e a dificuldade de definir o termo “imprensa pedagógica/educacional/de ensino”. Primeiramente, o impasse dá-se pelos vários sentidos da palavra “educação”, juntamente com a acepção da palavra “imprensa”. Destarte, definir “imprensa educacional” seria ainda mais complexo, em razão da diversidade de impressos que nem sempre apresentam intenções formativas explícitas – embora eduquem, não se inscrevem nessa definição.

O livro possui dez capítulos, produzidos a partir dos debates sobre o tema dos impressos usufruídos como fonte e/ou objeto de análise, dialogando com a História da Educação Brasileira. Foram utilizados impressos variados que circularam em períodos e locais distintos e com público leitor heterogêneo. Os capítulos explicitam discussões sobre produção, circularidade e temporalidade; estudo da imprensa; utilização de revistas como fonte (a imprensa feminina); revista de instituição (Apaie); folhinhas de Algibeira; fotonovelas; impressos de instituições religiosas (catecismo e espiritismo); livros dedicados à infância; jornal e livro infantil. Tal variedade temática possibilita ao leitor reflexões acerca das formas de abordagens distintas de um objeto escrito a depender da metodologia e da pergunta de pesquisa a ser respondida.

No capítulo *Produção, circulação e temporalidade nos impressos periódicos: algumas notas*, Tânia Regina de Luca coloca em discussão os desafios e as novas possibilidades de análise dos impressos, principalmente após a disponibilização em acervos digitais de livre acesso, fato que tem despertado o interesse de pesquisadores por essa área como fonte de informações e como objeto de pesquisa. As novas possibilidades de armazenamento de fontes contribuem para estabelecer nexos, comparações, interlocuções, além de permitirem ao pesquisador uma perspectiva síncrona sobre os conjuntos de revistas e jornais. Ao mesmo tempo que o acesso às fontes favorecem as pesquisas com impressos, colocam o desafio de análise. Em relação à produção, circulação e temporalidade desses impressos nos Oitocentos, a pesquisadora faz uma reflexão acerca da passagem do antigo ao novo regime tipográfico, desde os tempos de Gutenberg, em que práticas sofreram transformações no decorrer do século XIX, quando os impressos periódicos se transformaram em negócios, justificando, pois, a busca por atualização tecnológica. A mudança nos ateliês tipográficos e a difusão dos periódicos sofreram alterações a partir da segunda metade do século XX. Um trajeto que antes demorava dias, até meses, foi modificado devido ao avanço no uso das ferrovias e navios à vapor, e os percursos passaram a durar apenas algumas horas. A autora destaca que, no referido período, ocorreram diversas mudanças nos impressos, transformando o campo da edição numa atividade profissional. Ao fim do capítulo, a pesquisadora ressalta a complexidade de analisar objetos culturais, pois essas fontes têm infinitas informações e estabelecem relação com a geografia e com a

forma como foram produzidas, distribuídas e postas em circulação. Ao tomar os impressos como fonte, conforme Luca, é necessário observar todas essas particularidades.

No segundo capítulo, *A educação mato-grossense no final do século XIX: o oficial e a imprensa*, Adriana Aparecida Pinto faz uso de oito impressos para análise e apresenta uma reflexão a partir dos discursos em circulação e da função pedagógica da imprensa periódica geral mato-grossense, visto que havia uma preocupação em divulgar e anunciar aulas e escolas particulares, pensionatos, livros e materiais escolares, cartilhas, descrição de visitas, prática intitulada pela autora de “expedição pedagógica”. A imprensa ainda exercia papel de vigilância, pois registrava denúncias de professores que não cumpriam suas funções, como deixar a escola para advogar em outros lugares, por exemplo. A pesquisadora ressalta que essa imprensa periódica possuía caráter de instrução; ela transmitia normas que orientavam a sociedade, privilegiando o acatar de leis e impondo o respeito às autoridades. Cabe destacar temas que foram silenciados pela imprensa, como questões salariais, necessidade de formação específica para o exercício da docência, alocação de espaços físicos adequados ao ensino e à acomodação de crianças e jovens. Esse silenciamento permite a reflexão de que, assim como o monumento, o documento é fruto de escolhas (LE GOFF, 1990), por isso ligado às intencionalidades humanas. Assim, o documento, enquanto prova histórica, reflete a ideia dos detentores do poder de escolha dos conteúdos/assuntos que deviam ou não ser publicados no impresso.

No terceiro capítulo, *Uma revista de fotonovelas que educa(ria) seus leitores: Grande Hotel e suas “páginas femininas” (Minas Gerais, 1947-1961)*, Juliana Ferreira de Melo e Ana Maria de Oliveira Galvão examinam a revista *Grande Hotel*, a partir de um estudo da materialidade do referido impresso e de seu conteúdo, assim como depoimentos orais de seus leitores empíricos. Ao longo do capítulo, demonstram de que forma uma revista de fotonovelas educaria seus leitores, com base numa pesquisa sobre os leitores visados e os leitores empíricos. Nos anos de 1950, essa revista se transformou para adaptar-se a um suposto leitor brasileiro, sobretudo às potenciais leitoras instituídas. As páginas da *Grande Hotel* passaram a publicar textos para dirigir-se às mulheres como leitoras com vistas a informar, “ensinar”, “convencer” e “educar”. Seus escritos estavam relacionados a cinema, culinária, moda, beleza, saúde, cuidado com o corpo, casa, filhos, namorado, marido. Em síntese, pretendia-se inculcar, nas mulheres, a obrigação de agradar aos outros e não a si mesmas. Os depoimentos de um grupo de leitores empíricos evidenciaram, contudo, a utilização da revista para o lazer e não para formar ou para construir conhecimento, como tendenciou ser a ideia dos editores. Para um segundo grupo de leitores, considerados como sujeitos que não haviam frequentado a escola, a leitura da *Grande Hotel* era feita para se distrair, buscar informações, desenvolver habilidades de leitura, de escrita e de domínio da norma padrão da língua portuguesa, mas também era um espaço de vivenciar a fantasia, experimentar a realização de sonhos, especialmente ligados ao universo do amor. Desse modo, as autoras registram que a apropriação do impresso pelos leitores pressupunha sentido diverso daquele atribuído pelo autor/editor.

No quarto capítulo, *Folhinhas de algibeira do século XIX: suas tipologias e os possíveis leitores*, Ana Paula Pedersoli Pereira e Isabel Cristina Alves da Silva Frade analisam as tipologias e possíveis leitores de 45 *Folhinhas de Algibeira* do século XIX, entre 1832 e 1888, publicadas por quatro editoras diferentes: Laemmert, Guimarães, Ogier (as três do Rio de Janeiro) e Typografia Universal (de Minas Gerais). A tipologia algibeira refere-se ao formato do impresso que facilitava a circulação de uma maneira própria, integrado à roupa, “preso ao corpo”. As folhinhas faziam parte da literatura de ampla circulação. As pesquisadoras mencionam que, segundo a carta ao leitor, elas possuíam características singulares, por ser de fácil acesso, podiam ser lidas e ouvidas em qualquer lugar, desde os mais simples aos mais sofisticados, sendo, portanto, um material de primeira necessidade. As autoras ressaltam a diversidade de assuntos que tais impressos produziram e como seus conteúdos guiavam

“pedagogicamente” os sujeitos em um tempo social, ou seja, estavam relacionados à ordem civil e religiosa. A organização das folhinhas infere permanência e movimento, porquanto conservaram a estrutura das suas seções, mesmo com diversidade de conteúdo; diversidade que reforça dois aspectos: o primeiro, que os conteúdos nortearam seus leitores em diferentes dimensões, educando-os para determinado repertório, seja civil, religioso, astrológico ou astronômico; e o segundo, de que havia abrangência de uma ampla rede de leitores, diversificando o tipo de público para o qual esses impressos estavam direcionados.

No quinto capítulo, *Os julgamentos sobre Páginas Infantis pela imprensa brasileira: estratégias de difusão e adoção de um impresso*, Estela Natalina Mantovani Bertoletti e Raíssa Nunes Pinto apresentam a 1ª edição do livro *Páginas Infantis*, de Presciliana Duarte de Almeida, publicada em 1908. Destacam que, a partir da 2ª edição, foram acrescentados, como elementos pós-textuais, textos publicados em jornais e revistas da imprensa brasileira, intitulados “Juízo da Imprensa”. Da 3ª edição em diante, foram publicados como elemento textual. O objetivo deste capítulo foi analisar quem eram os autores de “Juízo da Imprensa” e quais temas estavam explicitados em seus julgamentos. Segundo as autoras, a estratégia editorial foi fazer a distribuição de *Páginas Infantis* como forma de divulgação, avaliação e aprovação do livro, em busca do aval daqueles que influenciavam a educação brasileira. Em sua maioria, faziam parte do “Juízo da Imprensa”, na 2ª edição, homens (há apenas uma mulher) bacharéis em Direito. Os principais temas localizados nesses julgamentos foram: livro para crianças, criança e mulher. Ao longo dos nove julgamentos constantes, foram ressaltadas as qualidades do livro, aconselhamentos aos professores para o adotarem, menção aos melhores textos do livro ou reprodução de poemas nele contidos. Outras características exaltadas nos julgamentos foram: a linguagem aperfeiçoada, singeleza e sofisticação, a criança ensinada sem perceber e julgada pelo viés religioso. Por fim, as pesquisadoras concluem que a estratégia editorial do livro *Páginas Infantis*, produzido para crianças, buscava a aprovação de adultos responsáveis pela emissão dos julgamentos, porquanto eram eles que compravam, autorizavam e liam para as crianças, principalmente aquelas que iam à escola e tinham acesso à leitura concedida.

No sexto capítulo, *Imprensa e crianças no alto sertão da Bahia (Caetité, 1912-1914)*, Giane Araújo Pimentel Carneiro analisa a relação entre impressos e crianças em Caetité, Bahia, no início do século XX, por meio do jornal *O Bem-ti-vi*, que circulou quinzenalmente entre outubro de 1912 a maio de 1914. Esse impresso tinha como redatores-chefes duas crianças: Mário Teixeira Rodrigues Lima e Anísio Spínola Teixeira. Os textos do jornal eram textos literários, artigos de opinião e notas sobre a sociedade daquele município. Os temas mais comumente abordados foram: generosidade, bondade, obediência, delicadeza, honestidade e justiça, ou seja, virtudes e moral. Os textos possuíam personagens “bonzinhos” que eram gratificados por suas boas ações com bens espirituais e materiais, indicando, nesse sentido, que os editores visavam um público infantil, mais especificamente crianças em processo de escolarização. O capítulo evidencia que esses sujeitos participavam do ambiente letrado e da cultura do escrito, pois eram pertencentes às famílias de elites de Caetité, num país cujos índices de alfabetização eram em torno de 10%. Além disso, as crianças possuíam premissas culturais, sociais e econômicas diferentes, conviviam com material escrito, como cartas e revistas. As crianças redatoras eram escolarizadas, e tinham suporte da família, assim, considerando a caracterização do período em que o impresso foi publicado, com desigualdades sociais e econômicas extremas, simultaneamente propagavam que era essencial acabar com o analfabetismo, pois contribuiria com o desenvolvimento do país.

No sétimo capítulo, *Apropriações da pedagogia de Célestin Freinet na produção de jornais escolares (Itália, década de 1970)*, Mônica Yumi Jinzenji analisa os jornais de classe escritos por estudantes de escolas elementares da Itália, na década de 1970, em relação à apropriação da pedagogia de Célestin Freinet na produção desses jornais. As fontes analisadas

foram *Noi comunichiamo* (1976) e *Facciamoci amici* (1977), jornais escolares produzidos por estudantes de uma escola pública de Moncalieri, além da edição francesa de 1957, do livro *O Jornal escolar*, de Freinet. A proposta pedagógica de Freinet consistia na apropriação e na internalização, partindo da construção de uma aprendizagem significativa que dependia da experiência e da construção do estudante sobre si próprio e sobre o mundo a sua volta. A análise desse material demonstrou a assimilação dos princípios de Freinet, uma vez que os estudantes participavam de todo o processo de sua produção. O *Noi comunichiamo*, de periodicidade mensal, com tiragem de 50 exemplares, teve suas capas produzidas pelos estudantes, exclusivas para cada número (cada exemplar tinha um colorido próprio). Os jornais eram vendidos na porta da escola, logo, consumidos e lidos pela comunidade escolar e pelas famílias. A cada novo número, alterações eram realizadas tendo em vista os conhecimentos e as apropriações dos alunos a respeito da organização de um jornal, inclusive com visitas a uma sede de um jornal, o que refletiu nos elementos gráficos adotados e na organização do impresso, como a paginação e a categorização dos textos em seções. Os jornais de classe analisados demonstraram que a pedagogia freinetiana pautava-se no trabalho conjunto e colaborativo, ensinando o voto como prática da democracia e buscando a conexão entre a comunidade e a escola.

No oitavo capítulo, *Impresso periódico Mensagem da APAE e/na história da educação de excepcionais: fotografias de 1964 a 1968 em (re)vista*, Giovani Ferreira Bezerra investiga, na revista *Mensagem da APAE*, as fotografias que aparecem nas edições publicadas durante a primeira década de existência do referido impresso, que compreendeu os anos de 1963 a 1973. Ao analisar as edições elegidas como fonte e objeto de pesquisa, o autor identificou que apenas nas edições de 1964 a 1968 apareceram fotografias, totalizando 21 reproduções, as quais foram categorizadas de acordo com as temáticas das fotos como integrantes da enunciação pretendida pelos produtores do impresso. As fotos reproduzidas na revista foram classificadas em três núcleos temáticos: eventos e comemorações institucionais; rotina e condutas educativas; e espaços físicos e construções de edifícios das Apaes ou utilizadas por elas. Em relação ao primeiro tema, as fotografias revelam a estratégia editorial adotada, que consistia na escolha de uma imagem representativa do informe para destacar personagens vinculados ao poder central do país naquela conjuntura. O segundo tema evidencia o propósito das Apaes, o atendimento do excepcional e o cotidiano pedagógico e práticas educativas desenvolvidas desde com os mais jovens até com os adultos. Por fim, o terceiro tema refere-se às fotografias que divulgavam as construções e edificações institucionais como forma de demonstrar onde se efetivavam os serviços ofertados aos excepcionais e os propósitos identitários das Apaes.

No nono capítulo, *Jornal Lux como meio de educação e propagação da doutrina espírita no alto sertão baiano (1913-1930)*, Joseni Pereira Meira Reis e Ana Maria de Oliveira Galvão analisam o processo de produção e circulação do jornal confessional *Lux*, que circulou entre 1913 a 1933, como meio de educação e propagação da doutrina espírita, e serviu como aproximação da cultura escrita, no processo de formação do leitor ou possível leitor. As autoras observaram o processo de criação e implantação do jornal (possíveis redatores e leitores do jornal), a materialidade (formato e tamanho, número de páginas, diagramação), as dificuldades de funcionamento e as disputas religiosas com os católicos. Entre os principais desafios para a produção do jornal *Lux*, de natureza espírita, estavam os de ordem financeira, mas também as disputas entre os representantes da Igreja Católica, que, em 1915, levaram à sua interrupção. Por meio da análise do jornal, os redatores foram elencados em quatro categorias: vinculados à diretoria do Centro; assinantes de artigos com as iniciais de seus nomes; não reveladores de sua autoria; e utilizadores de pseudônimos. Através da imprensa espírita, os redatores divulgavam suas ideias e convicções relacionadas à ordem educacional, social e de defesa do Espiritismo. Os possíveis leitores também foram categorizados em quatro grupos: os que eram citados pelo nome; o leitor não citado; o leitor a ser alcançado; e o suposto leitor; categorização que demonstra o objetivo dos impressos de traçar planos discursivos diversos a fim de buscar um

modelo de leitor. Assim, as pesquisadoras destacam que os impressos locais foram os meios pelos quais grupos em disputas usaram para fazer circular ideias políticas, ideológicas e religiosas, cada um privilegiando seus regulamentos.

No décimo e último capítulo, *O escolar e o popular no ensino do catecismo: estudo sobre o Catecismo Escolar e Popular, do padre Francisco Spirago*, Maria José Francisco de Souza e Aline Marie De Simone colocam em discussão duas fontes: *Catecismo Católico Popular* (1911) e *Catecismo Escolar e Popular* (1938), ambas do padre Francisco Spirago. A respeito da materialidade, o primeiro catecismo era composto por três volumes, sendo cada um correspondente a determinado conteúdo: dogma (1º volume), moral (2º volume) e graça (3º volume). Contudo, as edições norte-americana, francesa e portuguesa foram publicadas em volume único, passaram por adaptações e atualizações, mantendo o conteúdo, o método e a utilização dos recursos tipográficos. Já o *Catecismo Escolar e Popular* apresentava-se como uma versão reduzida do primeiro, nomeada como catecismo menor ou pequeno. O catecismo grande/maior era utilizado para sacerdotes, em razão de a instrução ser mais elevada. Já o catecismo pequeno/menor era usado para leigos e crianças devido ao ensino ser de fácil compreensão. Desse modo, os catecismos do padre Spirago tiveram como objetivo dar instrução religiosa católica, tentando balancear o conteúdo entre o moderno e o tradicional. Tanto o título como o conteúdo dos catecismos foram organizados com a finalidade de acompanhar as mudanças educacionais, atentando para a linguagem utilizada, a forma de expor as ideias e as diferentes configurações para o acesso à leitura. Toda essa organização funcionou como estratégia para que fossem recomendados e conquistassem os fiéis leigos, que constituíam o público visado pelo autor.

Este livro constitui-se como uma importante contribuição para a História da Educação, com ênfase nos impressos que, explícita ou implicitamente, educaram. Possibilita compreender as intencionalidades e estratégias editoriais, as permanências e movimentos do impresso, sua materialidade, seus usos previstos, o público leitor a que se destinava, as relações entre o leitor visado e as apropriações que deles foram realizadas, dentre outras dimensões. O conjunto da obra configura o impresso como um documento que fornece informações relacionadas à diversidade de temas e um determinado período. Nesse sentido, o impresso pode assumir a função de um documento, direcionado pela pergunta de pesquisa externa ao próprio impresso, que fornece informações sobre tema e período específicos. O impresso também pode ser operado como objeto de pesquisa, situação na qual as perguntas mudam e as análises se voltam à materialidade, às condições de produção, às estratégias do autor/editor, ao público a que ele se destina.

Outro destaque está relacionado ao recorte temporal abordado pelos pesquisadores, que contemplam desde o século XIX até a década de 1970 do século XX, além do recorte geográfico das pesquisas, tendo em vista impressos de circulação estadual (como em Mato Grosso, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia), nacional e internacional (Itália).

*Impressos que educam* constitui, sem dúvida, um marco de referência para a Cultura Escrita, trazendo para os pesquisadores dessa área uma rica fonte de pesquisas relacionados ao impresso que, direta ou indiretamente, mesmo não sendo sua principal finalidade, educou(a), sob a perspectiva de temas variados, num local específico, um período determinado e um público-leitor visado/idealizado. Enfim, o livro é um fecundo ponto de partida para delinear variadas pesquisas sobre a Cultura Escrita.

## Referência

LE GOFF, Jacques. Documento-Monumento. *In: História e Memória*. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1990.